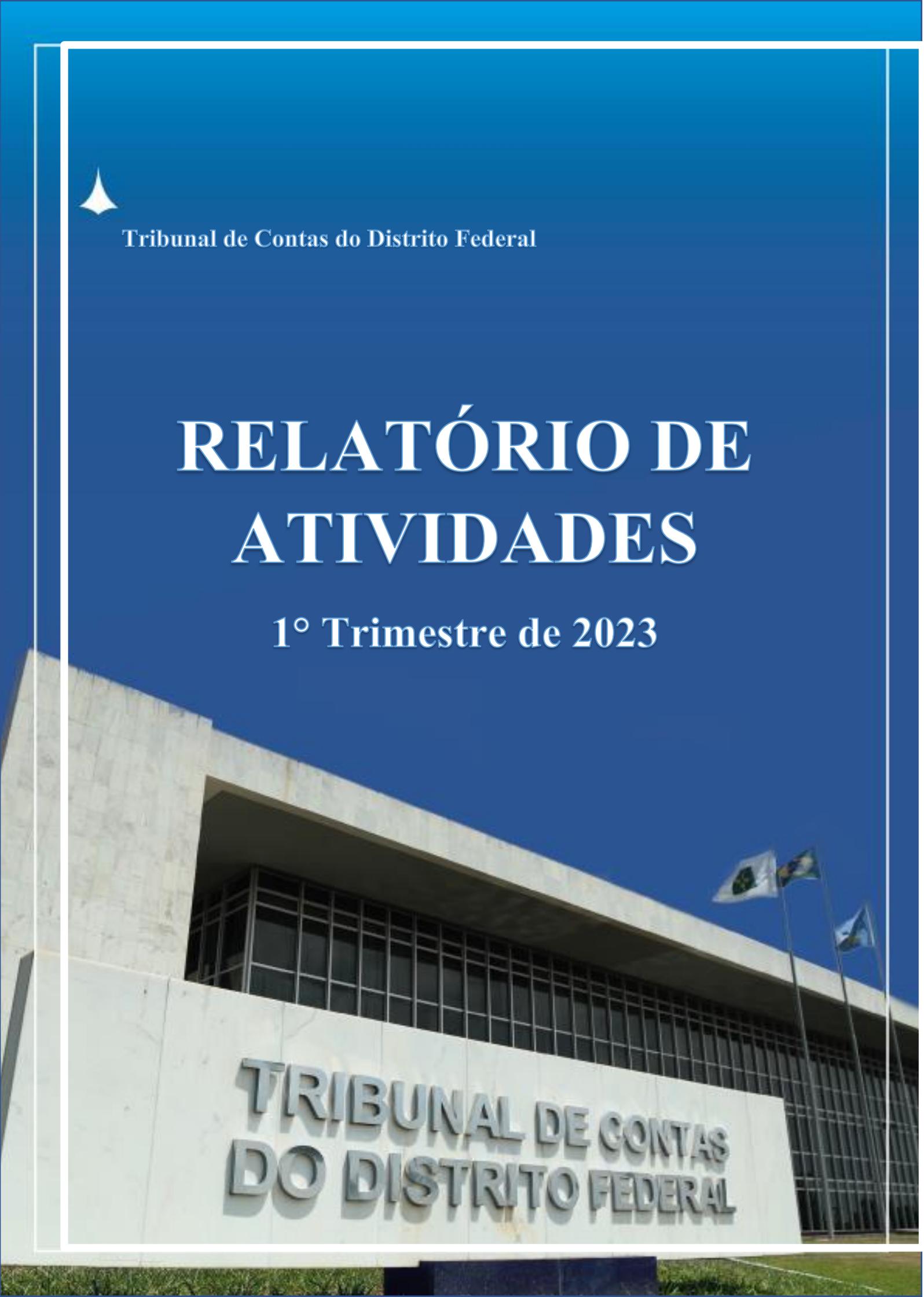




Tribunal de Contas do Distrito Federal

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1º Trimestre de 2023



TRIBUNAL DE CONTAS
DO DISTRITO FEDERAL

Composição do Tribunal – 1º trimestre/2023

Conselheiros

Marcio Michel Alves de Oliveira – Presidente

André Clemente Lara de Oliveira – Vice-Presidente

Manoel Paulo de Andrade Neto – Corregedor

Antônio Renato Alves Rainha – Regente da Escola de Contas Públicas

Paulo Tadeu Vale da Silva – Conselheiro-Ouvidor

Anilcéia Luzia Machado

Inácio Magalhães Filho

Procuradores do Ministério Público Junto ao Tribunal

Marcos Felipe Pinheiro Lima – Procurador-Geral

Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira

Demóstenes Tres Albuquerque

Danilo Moraes dos Santos

Auditor (Conselheiro-Substituto)

Vinícius Fragoso

RELAÇÃO DE SIGLAS

Ceasa – Central de Abastecimento de Brasília
CGE – Comitê de Gestão Estratégica
CLDF – Câmara Legislativa do Distrito Federal
DER-DF – Departamento de Estrada de Rodagem
DF – Distrito Federal
DSAUD – Divisão de Assistência Direta à Saúde
Diplan – Divisão de Planejamento e Modernização Administrativa
Escon – Escola de Contas Públicas do TCDF
FHB – Fundação Hemocentro de Brasília
FCDF – Fundo Constitucional do DF
IGESDF – Instituto de Gestão Estratégia de Saúde do Distrito Federal
IRB – Instituto Rui Barbosa
MMD-TC – Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas
MPJTDF – Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do DF
NLLC – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos
PCDF – Polícia Civil do Distrito Federal
PPP – Parcerias Público-Privadas
RA IX – Administração Regional da Ceilândia
Sasup – Secretaria de Assistência à Saúde Suplementar
Sedes – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal
SEE/DF – Secretaria de Estado de Educação do DF
SEEC – Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal
SES/DF – Secretaria de Estado de Saúde do DF
Sejus – Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF
Sepe/DF – Secretaria de Estado de Projetos Especiais do Distrito Federal
Sirac – Sistema de Registro de Atos de Admissões e Concessões
SSP – Secretaria do Estado de Segurança Pública do Distrito Federal

SRIA – Setor Residencial Indústria e Abastecimento

SO – Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do DF

TCB – Secretaria de Transportes de Coletivos de Brasília

TCDF – Tribunal de Contas do Distrito Federal

Terracap – Companhia Imobiliária de Brasília

APRESENTAÇÃO

Em atendimento ao disposto no art. 78, § 3º, da Lei Orgânica do Distrito Federal e no art. 82 da Lei Complementar nº 1, de 9 de maio de 1994, Lei Orgânica deste Tribunal, apresento o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Distrito Federal, referente ao 1º trimestre de 2023, para remessa à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

O Relatório de Atividades registra as principais ações realizadas por esta Casa no trimestre, reunindo as ações de controle externo e as organizacionais de apoio à atividade-fim do Tribunal.

Essas realizações foram desenvolvidas em sintonia com o Plano Estratégico do TCDF para o quadriênio 2020-2023 e resumem o esforço deste Tribunal para cumprir sua missão institucional de maneira efetiva, eficaz e eficiente.

MARCIO MICHEL

Presidente

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
SUMÁRIO	6
SUMÁRIO EXECUTIVO	7
INTRODUÇÃO	8
1. SOCIEDADE	9
1.1. Julgamentos e Decisões	9
1.2. Cobranças Executivas	13
1.3. Auditorias, Inspeções, Monitoramentos, Levantamentos e Análise de PPP/Concessões	13
1.4. Benefícios Mensuráveis	15
1.5. Projetos e Iniciativas	17
2. RELACIONAMENTO INTERINSTITUCIONAL	18
2.1 Projetos e Iniciativas	19
3. PROCESSOS INTERNOS	20
3.1. Distribuição de Processos	20
3.2. Instrução de Processos	21
3.3. Projetos e Iniciativas	22
4. PESSOAS, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	23
4.1. Projetos e Iniciativas	23
5. RECURSOS	25
5.1. Gestão de Recursos Humanos	25
5.2. Projetos e Iniciativas	25
5.3. Recursos Orçamentários e Financeiros	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
ANEXO	28
EQUIPE RESPONSÁVEL PELO RELATÓRIO	30

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Plenário do Tribunal realizou, durante o primeiro trimestre, 36 sessões, nas quais foram proferidas 1.507 decisões, com uma média de 42 decisões por sessão. Foram ainda proferidos 549 despachos singulares pelos Relatores, com média de 91 despachos por Relator.

Alguns dos resultados mensuráveis alcançados pelo Tribunal no período são apresentados a seguir.

Número de decisões do Tribunal	1.507
Acórdãos proferidos	130
Valor das condenações	R\$ 1,37 milhão
Medidas cautelares concedidas	27
Responsáveis condenados em débito e/ou multados	14
Economia estimada gerada na fiscalização de licitações	R\$ 253,63 milhões
Processos julgados conclusivamente	1.055

As Secretarias de Controle Externo finalizaram, no mesmo período, 4 auditorias, 9 inspeções e 4 análises de PPP/Concessões. Quanto à instrução processual, foram concluídas 1.319 instruções de processos e analisados 1.795 atos de pessoal. O estoque de processos aptos à instrução situou-se no patamar de 1.015 autos.

INTRODUÇÃO

Com o intuito de dar relevo aos serviços prestados pelo Tribunal, as principais atividades realizadas no período foram agrupadas conforme as perspectivas constantes do Plano Estratégico, quais sejam: sociedade; relacionamento interinstitucional; processos internos; pessoas, tecnologia e inovação e recursos.

O TCDF cumpre sua missão institucional com a estrutura básica contida em seu organograma, conforme resumo abaixo.



Por intermédio dessas unidades, efetiva-se a ação fiscalizadora do Tribunal, cuja divulgação, no que concerne à Câmara Legislativa, está prevista no § 3º do art. 78 da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 82 da Lei Complementar nº 1/94, segundo os quais deve esta Corte encaminhar à CLDF, trimestral e anualmente, relatório circunstanciado e demonstrativo de suas atividades internas e de controle externo.

1. SOCIEDADE

Com foco na sociedade, o Tribunal promoveu a roda de conversa “Boas Práticas de Controle Social”, que, além de divulgar boas práticas de controle social, é uma oportunidade de apoiar e incentivar os cidadãos a participarem de ações voltadas à fiscalização dos recursos públicos.

Com o intuito de estimular e promover a transparência no gerenciamento dos recursos distritais, além de apresentar as informações em linguagem acessível para a sociedade, o TCDF lançou o Siscoex, painel digital em que o cidadão pode fiscalizar, detalhadamente, os gastos realizados por órgãos e entidades do complexo administrativo do DF, inclusive identificando as fontes de recursos, as empresas credoras e os projetos executados com o dinheiro público.

1.1. Julgamentos e Decisões

Nesse trimestre, o Tribunal determinou a audiência dos responsáveis pelas falhas apontadas na contratação dos serviços de gestão para o Hospital de Campanha no Estádio Nacional Mané Garrincha, destinado ao tratamento de pacientes acometidos pela Covid-19. Entre as possíveis falhas encontradas estão: prejuízo aos cofres públicos no valor de R\$ 2,3 milhões; atraso na execução do cronograma para entrega dos leitos durante a execução dos serviços; demora na designação e nomeação dos executores do contrato; e a ausência de informação sobre vínculo jurídico e pagamento dos médicos que prestaram serviços no hospital de pela empresa contratada (Processo nº 00600-00001273/2020-55-e).

O Plenário decidiu manter suspensa a licitação para a contratação de empresa responsável pela implantação, operação e manutenção das etapas 3 e 4 do Aterro Sanitário de Brasília. O corpo instrutivo apontou possível sobrepreço no valor de R\$ 46,7 milhões. O valor corresponde a 25,65% do total da obra, estimada em R\$ 166,9 milhões (Processo nº 00600-00001008/2022-39).

O Tribunal determinou à SES/DF a glosa do pagamento de R\$ 2,3 milhões à empresa responsável pela construção emergencial do hospital de campanha em Ceilândia. A retenção desse valor se deu por suspeita de superfaturamento na contratação. A empresa também deverá restituir aos cofres públicos a quantia de R\$ 131,7 mil (Processo nº 00600-00001423/2020-21).

A Corte determinou que a SEE/DF inclua a Escola Classe SRIA no sistema de matrículas de alunos para o ano letivo de 2023, além de liberar o acesso aos professores para a escolha das classes. A decisão liminar ocorreu após o descumprimento, por parte da SEE/DF, de uma medida cautelar proferida pelo Tribunal

no dia 26 de dezembro, que determinava que a Secretaria suspendesse ou revertesse quaisquer atos visando à mudança do local de funcionamento da Escola Classe SRIA (Processo nº 00600-00015241/2022-07-e).

Sessões Realizadas

Para apreciar matérias de sua competência, o Plenário reuniu-se, no 1º trimestre, conforme quantitativos indicados na Tabela 1. Dentre o total de decisões prolatadas, foram proferidos 130 acórdãos. Foram julgados conclusivamente 1.055 processos. A média no período, portanto, foi de aproximadamente 42 decisões por sessão e de 91 despachos por Relator.

Tabela 1: Sessões e Decisões por Tipo de Sessão

Tipo de Sessão	Sessões	Decisões
Ordinária	10	821
Ordinária Virtual	9	587
Administrativa	7	17
Reservada	10	82
Total	36	1.507

Obs.: O teor das decisões, bem assim das atas das sessões realizadas, está disponível no site do TCDF na internet, no endereço www.tc.df.gov.br.

Despachos Singulares

Foram proferidos pelos membros do Plenário os quantitativos de despachos singulares demonstrados na Tabela 2.

Tabela 2: Despachos Singulares

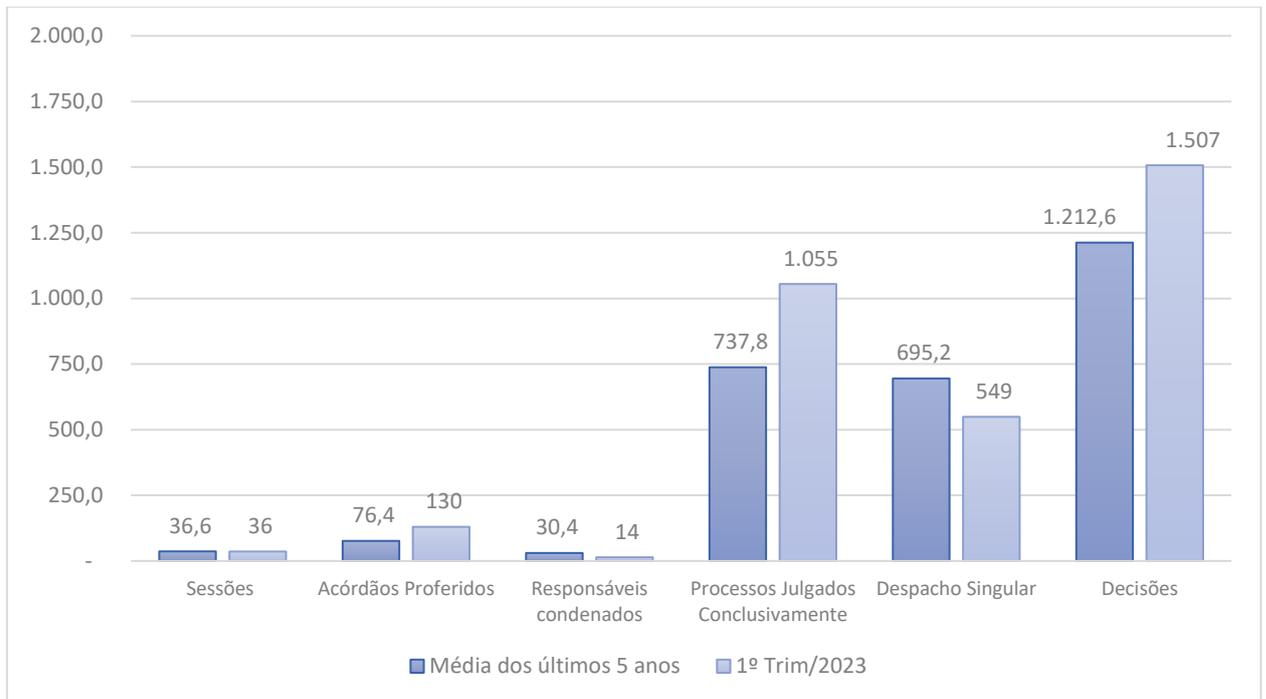
Tipo de Sessão	Despachos realizados
Ordinária	536
Ordinária Virtual	2
Administrativa	2
Reservada	9
Total	549

Ressalta-se que a Presidência proferiu 22 decisões monocráticas no trimestre.

Processos Apreciados

Foram apreciados pelo Tribunal 1.507 processos no trimestre, dos quais resultaram decisões preliminares e conclusivas, quantitativo este 24% superior à média observada em igual período dos últimos cinco anos.

Gráfico 1: Indicadores do Plenário



A Tabela 3 agrupa, por assunto, o quantitativo dos processos que foram objeto de decisão ou de instrução durante o trimestre.

Tabela 3: Processos Apreciados por Assunto

Assunto	Quantidade	
	Decisões	Instrução de Processos
Atos de Pessoal	862	728
Análise de Concessão	614	483
Concessão - Análise Automatizada	103	129
Admissão de Pessoal - Análise Automatizada	88	0
Admissão de Pessoal	49	113
Aposentadoria	5	2
Pensão Civil	2	1
Pensão Militar	1	0
Representações	196	178
Contas	188	180
Tomada de Contas Especial	127	111
Tomadas e Prestações de Contas Anuais e Extraordinárias	35	39
Prestação de Contas Anual	16	24
Prestação de Contas	6	2
Tomada de Contas Extraordinária	2	1
Tomada de Contas Anual	1	2
Contas de Governo	1	1
Editais de Licitação	120	118
Licitação	119	116
Dispensa / Inexigibilidade de Licitação / Adesão	1	1
Análise de Dispensa/Inexigibilidade de Licitação	0	1
Fiscalizações	54	49
Auditoria de Regularidade	22	18
Auditoria de Desempenho/Operacional	13	10
Inspeção	8	10
Auditoria Integrada	4	1
Auditoria Realizada por Outros Órgãos	2	5
Parcerias Público-Privadas e Concessões Comuns	2	5
Monitoramento de Decisões	2	0
Levantamento	1	0
Outros Assuntos	87	66
Denúncia	30	26
Edição de Normativo	9	2
Consulta	8	8
Análise de Contratos, Convênios e Outros Ajustes	8	3
Regularização de Débito	5	4
Estudos Especiais	5	1
Solicitações de Informações	4	5
Acompanhamento da Gestão Governamental	3	5
Convênio	3	0
Emissão de Certidão	2	3
Planos e Programas de Trabalho	2	0
Análise de Defesa	1	3
Acompanhamento de aplicação de recursos	1	1
Análise de Denúncia	1	1
Pedido de Prorrogação de Prazo	1	1
Compras de Bens e/ou Contratação de Serviços	1	0
Contrato, Convênios e outros ajustes	1	0
Plano Geral de Ação	1	0
Planos e Orçamentos	1	0
Acompanhamento de Gestão Fiscal	0	2
Barramento Pen	0	1
Total	1.507	1.319

Licitações e Contratos Suspensos Cauteladamente

Visando à preservação do erário, relativamente ao assunto em destaque, foram concedidas medidas cautelares em 27 processos.

1.2. Cobranças Executivas

Quando julgado em débito pelo Tribunal, o responsável é notificado para, em 30 dias, recolher a importância devida, com os acréscimos legais. Expirado esse prazo, sem manifestação do interessado, a Corte poderá autorizar a cobrança judicial da dívida.

As decisões condenatórias de responsáveis em débito são formalizadas em acórdão, cuja publicação no Diário Oficial do DF constitui título executivo bastante para cobrança judicial, nos termos da legislação vigente.

Existem, sob acompanhamento do MPJTCDF, 1.872 acórdãos do TCDF, dos quais 556 consistem em cobranças executivas ajuizadas no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

1.3. Auditorias, Inspeções, Monitoramentos, Levantamentos e Análise de PPP/Concessões

No âmbito do Tribunal, as Secretarias de Controle Externo oferecem apoio técnico-administrativo ao Plenário no que diz respeito à instrução dos processos relativos às atividades de controle externo, incluindo a realização de auditorias, inspeções, monitoramentos, levantamentos e análise de PPP/Concessões nos órgãos e entidades jurisdicionados. Nos parágrafos seguintes, são apresentadas informações sobre o desenvolvimento dessas atividades no trimestre.

Auditoria é a modalidade de fiscalização *in loco* destinada a verificar, em órgãos e entidades jurisdicionados, os atos e fatos administrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, bem como o emprego de recursos públicos por entidades de direito privado.

Incluída no grupo de fiscalizações *in loco*, mas de caráter menos abrangente, a inspeção é realizada para verificar o cumprimento de decisões do Tribunal e para obter dados e informações preliminares ou complementares sobre os assuntos em análise nesta Casa.

Monitoramento é o instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal para verificar o cumprimento de suas deliberações e os resultados delas advindos.

SOCIEDADE

Levantamento é utilizado para: i) conhecer a organização e o funcionamento dos órgãos e das entidades, assim como de sistemas, programas, projetos e atividades governamentais no que se refere aos aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais e patrimoniais; ii) identificar objetos e instrumentos de fiscalização; e iii) avaliar a viabilidade da realização de fiscalização.

Por fim, com o propósito de controlar e fiscalizar os procedimentos de licitação, contratação e execução contratual de PPPs e Concessões, há a modalidade de fiscalização denominada Análise de PPP/Concessões Comuns.

Considerando que uma fiscalização pode ser realizada em mais de um jurisdicionado, foram concluídos, no trimestre: 4 auditorias (em 4 jurisdicionados), 9 inspeções (em 11 jurisdicionados) e 4 análises de PPP/Concessões (em 5 jurisdicionado).

Tabela 4: Jurisdicionados Fiscalizados

Jurisdicionado	Auditorias	Inspeções	Monitoramentos	Análise de PPP/ Concessões	Levantamento	Total de Fiscalizações (*)	Participação no Total de Fiscalizações
Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES	1	2	0	0	0	3	15,0%
Central de Abastecimento de Brasília - CEASA	1	0	0	1	0	2	10,0%
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal - SEDES	0	2	0	0	0	2	10,0%
Administração Regional de Ceilândia - RAIX	0	1	0	0	0	1	5,0%
Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP	0	0	0	1	0	1	5,0%
Departamento de Estrada de Rodagem - DER-DF	1	0	0	0	0	1	5,0%
Fundação Hemocentro de Brasília - FHB	0	1	0	0	0	1	5,0%
Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF	0	1	0	0	0	1	5,0%
Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF	0	1	0	0	0	1	5,0%
Sec. de Estado de Obras - SO	1	0	0	0	0	1	5,0%
Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal - SEEC	0	0	0	1	0	1	5,0%
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania - SEJUS	0	1	0	0	0	1	5,0%
Secretaria de Estado de Mobilidade - SEMOB	0	0	0	1	0	1	5,0%
Secretaria de Estado de Projetos Especiais do Distrito Federal - SEPE	0	0	0	1	0	1	5,0%
Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal - SSP	0	1	0	0	0	1	5,0%
Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília - TCB	0	1	0	0	0	1	5,0%
	4	11	0	5	0	20	100%

(*) Considerar que uma fiscalização poderá abranger mais de um jurisdicionado.

Na Tabela 5, são detalhadas as auditorias realizadas no trimestre.

Tabela 5: Auditorias e Monitoramentos Realizados

Modalidade	JURISDICIONADA	OBJETO
Auditoria	CEASA	Gestão de pessoas, analisada sob a ótica da regularidade dos aspectos financeiros da folha de pagamento dos servidores e controles internos da Central de Abastecimento do Distrito Federal - CEASA, incluindo inativos e pensionistas, frente à legislação de regência.
Auditoria	DER-DF	Obra de readequação viária com trincheira no Recanto das Emas/Riacho Fundo II.
Auditoria	SES	Análise das adesões a atas de registro de preços promovidas pela SES.
Auditoria	SO	Obra de implantação do Túnel Rodoviário de ligação da EPTG à avenida Elmo Serejo sob a avenida central de Taguatinga - 2ª Etapa.

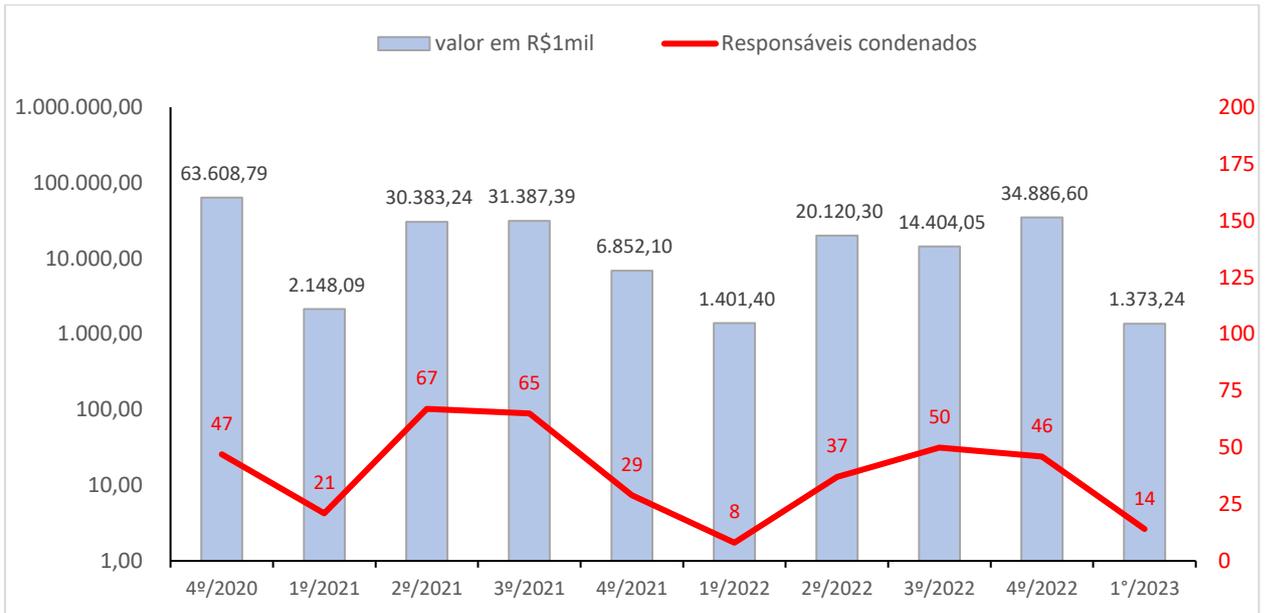
1.4. Benefícios Mensuráveis

A sociedade demonstra estar atenta à necessidade de exigir resultados da aplicação dos recursos confiados aos agentes públicos, bem assim aos benefícios advindos da atuação dos órgãos estatais, o que torna cada vez mais essencial a mensuração dos benefícios proporcionados pelos órgãos de controle externo.

Relativamente aos benefícios da atuação do controle externo, podemos classificá-los em mensuráveis e não mensuráveis. No que diz respeito a estes últimos, sua ocorrência e relevância residem no fato de que a existência de uma entidade fiscalizadora por si só já inibe ou minimiza a prática de atos desconformes com os princípios basilares da administração pública.

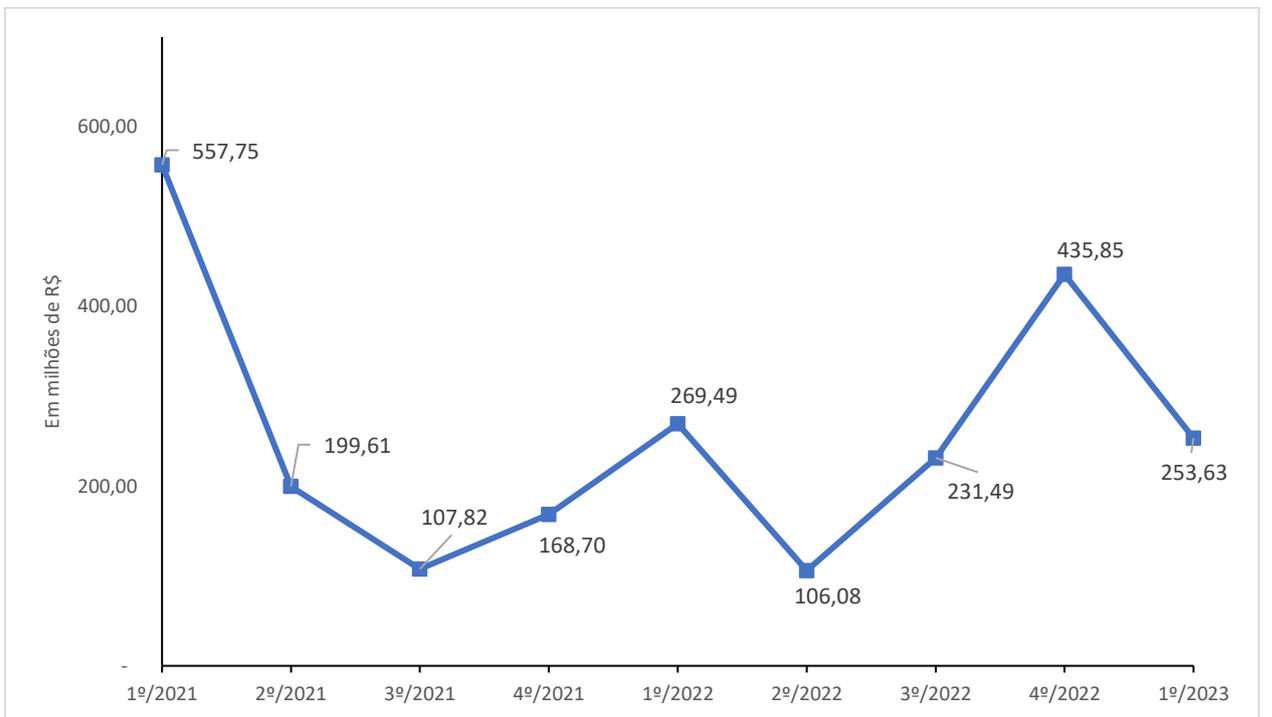
Em decorrência da atuação desta Corte, foram condenados em débito ou multados 14 responsáveis para recolherem aos cofres públicos o valor total de R\$ 1,37 milhão. O Gráfico 2 traz a série histórica dessas condenações.

Gráfico 2: Histórico das Condenações em Débitos e Multas



Por meio da atividade de fiscalização de licitações, em que atua preventivamente, o Tribunal gerou uma economia estimada em R\$ 253,6 milhões, conforme evidencia o Gráfico 3 adiante.

Gráfico 3: Economia gerada com a fiscalização de licitações



Vale destacar os processos seguintes entre aqueles que mais geraram economia em licitações.

No processo nº 9711/2022, que trata do Pregão Eletrônico nº 108/2022, a economia estimada foi de R\$ 31,1 milhões. O objeto do certame, cujo interessado era a SEEC, era o registro de preços para a contratação para eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de soluções de *cibersegurança*, com foco em visibilidade, proteção, detecção e resposta de segurança da informação. Por meio da atuação criteriosa do Tribunal, o certame foi cautelarmente suspenso para sanar diversas falhas identificadas no procedimento licitatório e, por fim, a jurisdicionada preferiu revogar a licitação.

No processo nº 5568/2022, que trata do Pregão Eletrônico nº 140/2022, de autoria da SES, a economia estimada foi de R\$ 23,7 milhões. Era objeto da licitação a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de manutenção predial corretiva, com fornecimento de mão de obra e insumos para reparo dos diversos sistemas dos edifícios que compõem a SES e dos imóveis sob sua responsabilidade. Por meio da diligente atuação Tribunal, irregularidades foram identificadas pelo corpo técnico, as quais, uma vez resolvidas, resultaram em redução do valor inicialmente estimado para o certame.

No processo nº 11337/2022, que trata do Pregão Eletrônico nº 029/2022, de autoria da Novacap, a economia estimada foi de R\$ 19,9 milhões. Era objeto da licitação a contratação de empresas de engenharia para limpeza e manutenção de reservatórios de retenção de águas pluviais em todo o DF. Por meio da zelosa atuação do Tribunal, o certame foi suspenso cautelarmente para sanar irregularidades identificadas, as quais, uma vez corrigidas, resultaram em redução do valor inicialmente estimado para o pregão.

Nos processos mencionados, a economia gerada reflete a relevância da atuação do Tribunal que, mesmo sem determinar a anulação dos certames, incentiva uma gestão mais eficiente dos recursos públicos. Assim, esses resultados demonstram a efetividade das ações de controle desta Corte no alcance de benefícios para a sociedade.

1.5. Projetos e Iniciativas

Para viabilizar o alcance dos indicadores estratégicos e implantar melhorias nos serviços de controle externo e administrativos, as unidades do Tribunal planejaram a realização de diversos projetos e iniciativas. Em última análise, todos esses projetos ou iniciativas visam melhorar os serviços prestados pelo Tribunal à sociedade. Dentre esses projetos, destacam-se: a disponibilização de painéis gerenciais, a implantação do sistema de avaliação de risco da despesa e o intercâmbio com outros Tribunais de Contas que sejam referência no cumprimento do MMD/TC.

2. RELACIONAMENTO INTERINSTITUCIONAL

O Tribunal, neste trimestre, sediou uma série de reuniões técnicas dos Comitês Executivos do MMD-TC, do Laboratório de Boas Práticas de Controle Externo e do Programa Nacional de Transparência Pública. No tocante ao MMD-TC, a reunião definiu ações de modernização para o programa. Os integrantes discutiram atualizações a serem



implementadas na metodologia utilizada para avaliar a atuação das Cortes de Contas, além de deliberarem sobre o cronograma de revisão e de aplicação. O Comitê Executivo do Laboratório de Boas Práticas de Controle Externo definiu parâmetros para o compartilhamento de exemplos a serem seguidos nos Tribunais de Contas. Por sua vez, o Comitê Executivo do Programa Nacional de Transparência Pública estruturou o plano de ação para a aplicação do 2º ciclo do Levantamento Nacional de Transparência Pública.

O conselheiro Márcio Michel recebeu a medalha de Cruz do Mérito da Fraterna Integração Brasil – China, que simboliza a amizade entre os dois países e faz parte das comemorações e festejos do Ano Novo Chinês 2023. A cerimônia solene do Mérito Sino-Brasileiro, realizada na Câmara dos Deputados, é resultado de esforços institucionais de grupos suprapartidários, Grupo Parlamentar Brasil-China do Senado Federal, Grupo Parlamentar Brasil-China da Câmara dos Deputados, Frentes Parlamentares, Grupos Parlamentares e Soberana Ordem da Fraterna Integração Brasil-China.



O Tribunal se reuniu com o interventor da segurança pública no DF. Na visita de cortesia, o presidente do TCDF colocou a Corte de Contas à disposição para contribuir com a equipe de intervenção. Entre as atribuições do órgão, está a análise tanto dos gastos com a segurança pública do DF, inclusive as despesas custeadas com o FCDF, quanto da qualidade dos serviços prestados pelas forças de

segurança, por meio de auditorias de desempenho, inspeções, monitoramentos e outras fiscalizações.

O Tribunal recebeu o Conselheiro e Encarregado de Negócios da Embaixada do Iraque, Sr. Firas Hassan Hashim Al-Hammadany, com objetivo de firmar um acordo de cooperação técnica internacional entre o TCDF e o Órgão Central de Fiscalização Administrativa do Iraque.

2.1 Projetos e Iniciativas

Para viabilizar o alcance dos indicadores estratégicos, de modo a atender à perspectiva Relacionamento Interinstitucional, as unidades do Tribunal planejaram diversificados projetos e iniciativas, dos quais destacamos a criação do *design* gráfico para o aplicativo do TCDF, o intercâmbio com outros Tribunais de Contas que sejam referência no cumprimento do MMD/TC, o aprimoramento do Sistema de Atendimento da Ouvidoria e o auxílio na implantação do e-TCDF na Procuradoria-Geral da República de Moçambique, no Conselho Constitucional de Moçambique e no Tribunal Administrativo.

3. PROCESSOS INTERNOS

O CGE, que é composto por representantes de diversas áreas do Tribunal, se reuniu com a Presidência do TCDF para debater a proposta de gestão para o biênio 2023-2024, com as principais diretrizes e objetivos da administração do Conselheiro Marcio Michel. Na reunião de avaliação estratégica, a Diplan elencou as prioridades da atual Presidência para os próximos dois anos. Entre elas estão qualidade na execução dos processos de trabalho; celeridade processual; gerenciamento de riscos; e uma atuação sistêmica.

A Sasup divulgou o resultado definitivo da eleição dos representantes do Conselho Fiscal do TCDF-SAÚDE, tornando a implementação do novo plano de saúde mais próxima de acontecer.

Com vistas à modernização administrativa ou à atualização dos normativos que regem as atividades das áreas fim e meio do Tribunal, merecem destaque a Instrução Normativa nº 1/23, que altera a Instrução Normativa nº 1/20, que estabelece normas para a substituição de retenção cautelar de pagamentos por garantia.

Foi publicada, ainda, a Resolução nº 366/23, regulamentando a comunicação de audiência, citação, cientificação e notificação no âmbito do Tribunal de Contas do DF. O intuito é dar mais celeridade aos trâmites processuais da Corte, especialmente no que tange aos avanços nos meios de comunicação eletrônica.

Com o objetivo de atualizar o ordenamento jurídico do Tribunal para a implementação efetiva da NLLC, a Assessoria Técnica e de Estudos Especiais e a Secretaria de Fiscalização Especializada do TCDF analisaram decisões normativas, instruções normativas, parâmetros para autuação e análise de editais de licitação (incluindo, também, as contratações emergenciais) e as súmulas de jurisprudência existentes na Corte de Contas, frente à Lei nº 14.133/21 – NLLC. Entre as alterações está a extensão dos efeitos da Decisão Normativa nº 1/11 para contemplar a Lei nº 14.133/21. Esse normativo do Tribunal orienta órgãos e entidades do Distrito Federal para análise dos estudos de viabilidade, quanto às opções de locação ou de aquisição de bens.

3.1. Distribuição de Processos

No trimestre, foram distribuídos por intermédio de sorteio eletrônico 1.409 processos para serem relatados pelos Conselheiros da Corte, com exceção do

Presidente. Na página *Transparência na Distribuição de Processos*, contida no site do TCDF, podem ser consultados todos os detalhes do sistema de sorteio, cujo *link* é <https://unidades.tc.df.gov.br/distribuicao-de-processos>.

3.2. Instrução de Processos

Instrução é o procedimento formal de análise e emissão de relatório técnico em processos para fins de apreciação pelo Plenário do Tribunal. É adotada tanto nas auditorias e inspeções quanto em resultados de diligências, atos de admissão, aposentadorias, reformas e pensões, tomadas e prestações de contas, contratos, convênios e outros assuntos sujeitos ao controle externo.

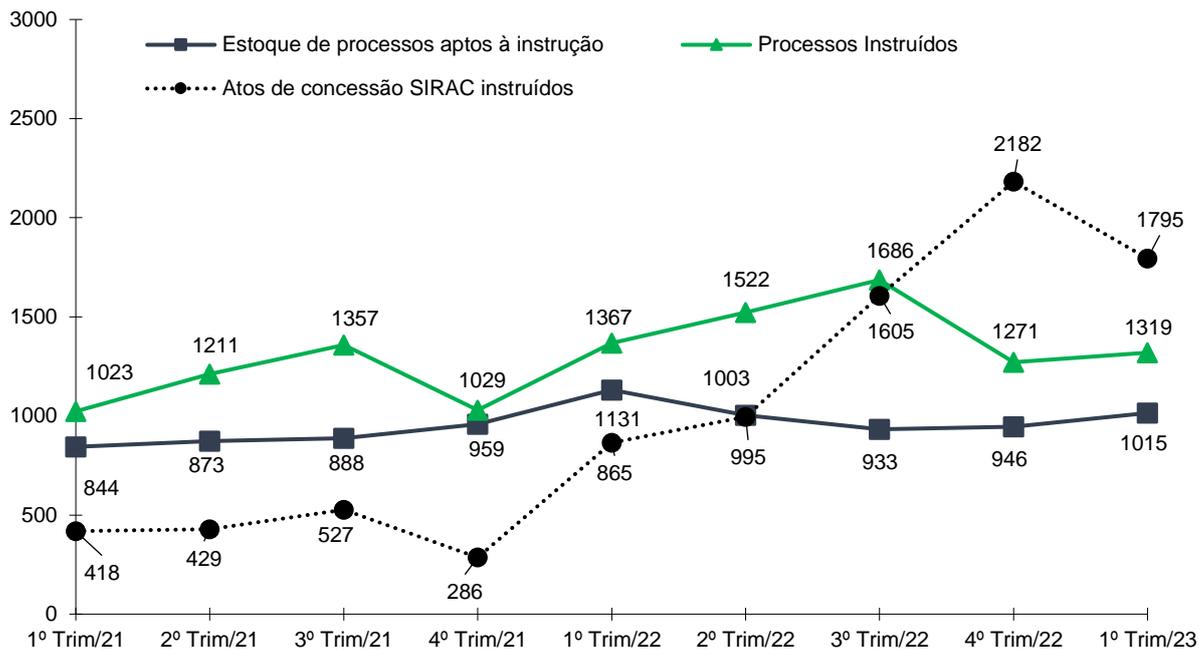
Da mesma forma que ocorre com as fiscalizações externas, a atividade de instrução de processos ocupa parcela considerável da força de trabalho em exercício no Tribunal. Os processos são instruídos e encaminhados para apreciação plenária ou emissão de parecer pelo Ministério Público.

No primeiro trimestre, foram realizadas 1.319 instruções de processos e instruídos 1.795 atos de concessão. Esses atos de concessão referem-se a aposentadorias, pensões, reformas (e respectivas revisões) dos servidores dos órgãos jurisdicionados, os quais são analisados e instruídos em bloco, ou seja, vários atos podem ser apreciados em um mesmo processo, por meio do Sistema de Registro de Atos de Admissões e Concessões – Sirac.

O Gráfico 4 registra, por trimestre, a realização de instruções de processos e instrução de atos de concessão Sirac, confrontando tal atividade com o estoque de processos apto à instrução ao final de cada período, revelando, quando comparado com o exercício anterior, expressivo aumento nas instruções de atos Sirac, enquanto o estoque sofreu leve redução.

PROCESSOS INTERNOS

Gráfico 4: Instrução e Estoque de Processos



Fonte: Sistema e-TCDF.

Registre-se, ainda, que, ao final do primeiro trimestre, do estoque total de 1.015 processos a instruir, 946 autos encontravam-se aptos à instrução, ou seja, em condições de serem instruídos; e 837 processos estavam com tramitação paralisada, nesses incluídos os sobrestados, os que aguardam cumprimento de diligência, defesa, recebimento de expediente, regularização de débito ou decisão judicial, entre outros motivos que obstam a instrução do processo.

3.3. Projetos e Iniciativas

Para viabilizar o alcance dos indicadores estratégicos, de modo a atender à perspectiva Processos Internos, as unidades do Tribunal planejaram a realização de diversos projetos e iniciativas, com destaque para os que visam atualizar as normas regimentais de funcionamento das sessões plenárias, digitalizar a documentação de guarda permanente do TCDF, aperfeiçoar sistemática de exame de licitações e de concessões e PPP, implantar sistema de avaliação de risco da despesa e definir a rotina operacional e implantar o normativo de benefícios da atuação do Tribunal.

4. PESSOAS, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

O TCDF convocou os últimos aprovados no concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Auditor de Controle Externo, cujo edital foi lançado em 2020. Nesse certame, 79 candidatos foram aprovados. Desse total, restaram 29 candidatos da lista, os quais foram nomeados por meio da Portaria nº 105/2023, publicada no Diário Oficial do DF.

Duas servidoras do Tribunal de Contas do Distrito Federal foram agraciadas no I Prêmio IRB de Monografia, promovido pelo Instituto Rui Barbosa, em comemoração pelos 50 anos da entidade. O trabalho de pesquisa das servidoras da Escola de Contas do TCDF recebeu menção honrosa durante o primeiro concurso de monografias sobre “Desafios para as instituições públicas no mundo digital”.

A Dsaud lançou grupo de pais e mães do TCDF, um espaço aberto para discutir disciplina positiva, respeito mútuo, pertencimento e desenvolvimento consciente, além de criar oportunidades para a troca de experiências e orientações individualizadas para servidoras e servidores que ocupam esse importante papel na sociedade.

A Corte autorizou a abertura dos procedimentos preparatórios para a realização de concursos públicos para provimento de cargos vagos das áreas fim e meio do TCDF, de modo a evitar o comprometimento das atividades finalísticas e de suporte ao funcionamento da Corte de Contas (Processo nº 00600-00012773/2022-84-e).

Por fim, foram divulgados os resultados do processo seletivo para concessão da Bolsa Idioma e Bolsa Graduação para ano de 2023.

Capacitação Interna e Externa

No tocante à capacitação de pessoal, o painel constante do *Anexo* a este relatório sintetiza as ações educacionais desenvolvidas pela Escon, entre as quais estão os eventos realizados ou iniciados no 1º trimestre voltados para o público interno e externo do Tribunal.

4.1. Projetos e Iniciativas

Para viabilizar o alcance dos indicadores estratégicos, de modo a atender à perspectiva Pessoas, Tecnologia e Inovação, as unidades do Tribunal planejaram a realização de diferentes projetos e iniciativas, dentre os quais elencamos: estimular, em parceria com a Escon, a utilização em caráter experimental do Módulo de Tarefas nas unidades do Tribunal; implantar todos os módulos do sistema de jurisprudência; automatizar a identificação e obtenção de informações de processos

digitais; estruturar o *Data Lake* para absorver benefícios da ciência de dados, aplicada aos problemas das áreas-fim do TCDF.

5. RECURSOS

Os recursos permitem o adequado funcionamento do Tribunal, impactando desde a manutenção dos salários dos servidores até a manutenção da estrutura física e tecnológica do Tribunal.

5.1. Gestão de Recursos Humanos

O quadro de Pessoal do TCDF pode ser visto na Tabela 6, que retrata o quantitativo de pessoal do TCDF ao final do período, apresentando um comparativo com os cargos providos no encerramento do período anterior.

Tabela 6: Demonstrativo do Quadro de Pessoal do Tribunal

Cargo/Função	Efetivo Previsto	Cargos Ocupados		% de Cargos Ocupados
		Posição em 31.12.22	Posição em 31.03.23	
Auditor de Controle Externo	300	250	268	89
Técnico de Controle Externo	34	0	0	0
Analista de Administração Pública	76	56	56	74
Técnico de Administração Pública	120	75	74	62
Subtotal	530	381	398	75
Conselheiros	7	7	7	100
Auditores	3	1	1	33
Procuradores	4	4	4	100
Comissionados sem vínculo efetivo	-	123	130	-
Cedidos de outros órgãos	-	77	76	-
Subtotal	14	212	218	-
Total	544	593	616	-
Cargos em Extinção (*)				
Técnico de Administração Pública	70	25	25	36
Auxiliar de Administração Pública	33	16	15	45
Total	103	41	40	39

(*) Cargos em extinção, conforme estabelecido na Resolução 265/2013, Anexo II.

5.2. Projetos e Iniciativas

Para viabilizar o alcance dos indicadores estratégicos, de modo a atender à perspectiva Recursos, as unidades do Tribunal planejaram vários projetos e iniciativas, dentre os quais se encontram a disponibilização de painéis gerenciais, a implementação de Plano de Saúde na modalidade autogestão no âmbito do TCDF, a realização de concursos para reposição do quadro de pessoal e a criação de bancos de imagens do TCDF.

RECURSOS

5.3. Recursos Orçamentários e Financeiros

O Demonstrativo de Execução da Despesa (Tabela 7) contém informações a respeito da dotação orçamentária do TCDF para o exercício de 2023 e da respectiva execução até o final do trimestre. Verifica-se que a execução da despesa alcançou R\$ 170,7 milhões, equivalendo a 33,3% da despesa autorizada no total de R\$ 513,2 milhões, registrando-se, pois, saldo orçamentário de R\$ 342,4 milhões.

Tabela 9: Demonstrativo de Execução da Despesa

PROGRAMA DE TRABALHO	Valores em R\$1.000			
	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Total Empenhado	Crédito Disponível
Administração de Pessoal	346.400,00	346.400,00	106.018,46	240.382
Concessão de Plano de Saúde aos Servidores	38.000,00	23.000,00	0,00	23.000
Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	35.564,40	35.564,40	27.319,63	8.245
Concessão de Benefícios aos Servidores	17.200,00	32.200,00	12.716,91	19.483
Gestão da Informação e Sistema de Tecnologia da Informação	16.571,00	16.071,00	5.121,50	10.949
Modernização do Sistema de Informação	15.626,00	15.626,00	4.221,02	11.405
Conversão de Licença-Prêmio em Pecúnia - Servidores Inativos	15.000,00	11.100,00	3,24	11.097
Ressarcimentos, Indenizações e Restituições	12.000,00	12.000,00	5.098,97	6.901
Conversão de Licença-Prêmio em Pecúnia - Servidores Ativos	6.500,00	6.500,00	6.422,24	78
Conservação das Estruturas Físicas de Edificações Públicas	4.000,00	4.000,00	1.981,67	2.018
Reformas de Prédios e Próprios	2.962,90	2.962,90	0,00	2.963
Concessão de Bolsa-Estágio	2.550,00	2.550,00	1.497,47	1.053
Outros Ressarcimentos, Indenizações e Restituições (TCDF Saúde)	2.000,00	2.000,00	0,00	2.000
Outros Ressarcimentos, Indenizações e Restituições	1.500,00	1.500,00	173,04	1.327
Capacitação de Recursos Humanos	1.280,00	1.280,00	163,59	1.116
Publicidade e Propaganda Institucional	314,08	314,08	30,96	283
Execução de Sentenças Judiciais	100,00	100,00	0,00	100
Transferência a Entidades de Políticas Públicas Nacionais e Internacionais	30,00	30,00	0,00	30
TOTAIS	517.598	513.198	170.769	342.430

Fonte: SIGGO - Posição em: 17.04.23. Mês de Referência: Março/2023

CONSIDERAÇÕES FINAIS

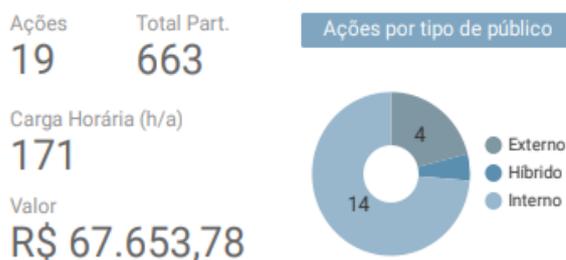
Ante o exposto, as realizações no período espelham os esforços envidados pela Presidência, por membros, dirigentes e servidores do Tribunal para o efetivo cumprimento da missão institucional desta Corte de Contas.

ANEXO

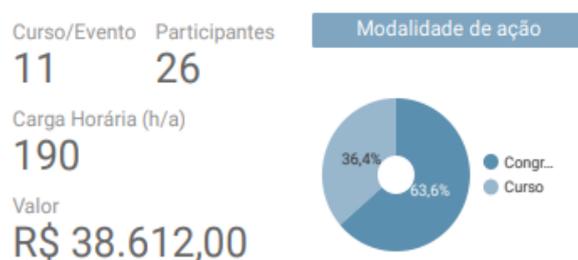
ATIVIDADES DA ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS

Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas

Ações educacionais promovidas pela ESCON



Ações educacionais promovidas externamente



Ações educacionais - Youtube TCDF

Evento	Média de visualizações por dia	Quantidade de dias
Não há dados		

Bolsas de estudo gerenciadas



* A quantidade de visualizações é baseada na média de todas as visualizações por dia de ação.

Detalhamento das ações educacionais

Promovidas externamente

Curso/Evento	Local	Participantes	Carga Horária	Valor
1. 18º Congresso Brasileiro de Pregoeiros	Foz do Iguaçu-PR	4	26	R\$ 19.652,00
2. Programa Completo em Diversidade nas Organizações	Não há dados	0	Não há dados	R\$ 10.000,00
3. Orçamento de Obras Rodoviárias e Pavimentação Urbana com o SICRO	EAD	2	20	R\$ 8.960,00
4. Seminário Inovação em Gestão, Tratamento e Valorização dos Resíduos	Recife - PE	1	16	R\$ 0,00
5. 7ª Edição do Encontro Nacional de Tecnologia e Inovação dos Ministérios Públicos e Tribunais de Contas	Salvador/BA	1	16	R\$ 0,00
6. Expor Revestir 2023	Não há dados	3	Não há dados	R\$ 0,00
7. II Encontro de Formadores - FOFO	Cuiabá/MT	1	8	R\$ 0,00
8. Rede Infocontas-Encontro da Rede Nacional de Informações Estratégicas para o Controle Externo -2023	EAD	2	16	R\$ 0,00
9. 2º Treinamento em Práticas de Auditoria Financeira: Conformidade com as IPSAS/MCASP/MDF	EAD	7	48	R\$ 0,00
10. "VIII Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas"	Salvador - BA	2	24	R\$ 0,00
Total geral		26	190	R\$ 38.612,00

ANEXO – ATIVIDADES DA ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS

Promovidas pela ESCON				
Ação educacional	Público	Carga Horária	Total Part.	
1. Curso de Ambientação de Novos Servidores	Interno	20	17	
2. Gestão, Regulação e Controle Externo de Gastos em Sistemas de Transporte Coletivo por Ônibus	Interno	20	24	
3. Como falar em público? Técnicas para melhorar sua comunicação e oratória	Interno	26	31	
4. Projeto Escola de Instrutores - 2º Encontro	Interno	2	42	
5. Seminário de Atualização em Auditoria de Obras Públicas	Híbrido	8	85	
6. Palestra "Terapia transessencial: uma visão integral do cuidado humano"	Interno	1,5	70	
7. Planilhas de Terceirização de Mão de Obra - T1	Externo	20	20	
8. Roda de Conversa "Boas Práticas de Controle Social no DF"	Externo	2	54	
9. Introdução ao processo de controle externo	Interno	16	19	
10. Curso Básico em Sistemas do TCDF	Interno	6,5	17	
11. Palestra de lançamento do módulo SISCOEX no Painel de Acompanhamento da Gestão Fiscal e Orçamentária do Distrito Federal	Interno	1	45	
12. Introdução ao processo de controle externo	Interno	16	17	
13. Roda de conversas: Desafios da Paternidade na Condução do Temperamento das Crianças	Interno	2	26	
14. VI Workshop do projeto KnEDLe (Knowledge Extration from Documents of Legal Content)	Interno	2	30	
15. Projeto Universidades e o TCDF – graduação em Direito"	Externo	2	33	
16. Planilhas de Terceirização de Mão de Obra - T2	Externo	20	20	
17. Roda de Mulheres - Elas por Elas	Interno	2	23	
18. Cine-debate: poeira e batom no Planalto Central - 50 mulheres na construção de Brasília	Interno	2	20	
19. Café & Tertúlia apresenta: mulheres no comando	Interno	2	70	
	Total geral	171	663	

EQUIPE RESPONSÁVEL PELO RELATÓRIO

COORDENAÇÃO

Luiz Genédio Mendes Jorge

Diretor da Diplan

ELABORAÇÃO

Sérgio Ramalho Dantas Varella

Analista de Administração Pública

Mauri Siqueira Montessi

Analista de Administração Pública

Jefferson Gonçalves da Silva

Técnico de Administração Pública

Vanessa Moreira Meireles

Assessora